

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – CRÉDITO RURAL	3
1.1 Introdução	3
1.2 Conceito e cronologia legal	6
1.3 Objetivos do Crédito Rural	8
1.4 Funções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil frente ao Crédito Rural	9
1.5 Instituições integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural	10
1.6 Estrutura do Crédito Rural.....	11
1.7 Plano Safra.....	13
1.7.1 Introdução	13
1.7.2 Origem dos recursos	14
1.7.3 Linhas de crédito e respectivos programas de financiamento do Plano Safra.....	15
1.8 Manual de Crédito Rural (MCR).....	19
1.8.1 Conceito e histórico.....	19
1.8.2 Estrutura do Manual do Crédito Rural.....	20
1.8.3 Índice do Manual de Crédito Rural.....	21
1.8.3.1 Disposições preliminares	21
1.8.3.1.1 Autorização para operar em Crédito Rural e Estrutura Operativa.....	21
1.8.3.1.2 Beneficiários.....	21
1.8.3.1.3 Assistência Técnica.....	22
1.8.3.2 Condições básicas	22
1.8.3.2.1 Disposições Gerais	22
1.8.3.2.2 Orçamento, plano e projeto	22
1.8.3.2.3 Despesas	22
1.8.3.2.4 Utilização.....	23
1.8.3.2.5 Reembolso.....	23
1.8.3.2.6 Monitoramento e fiscalização	24
1.8.3.2.7 Desclassificação e reclassificação.....	24
1.8.3.2.8 Impedimentos sociais, ambientais e climáticos.....	25
1.8.3.2.9 Compartilhamento de dados do Sis- tema de Operações do Crédito Rural e do Proagro.....	26

1.8.3.3	Operações	27
1.8.3.3.1	Formalização.....	27
1.8.3.3.2	Créditos de custeio.....	27
1.8.3.3.3	Créditos de investimento.....	27
1.8.3.3.4	Créditos de comercialização	28
1.8.3.3.5	Contabilização e controle.....	30
1.8.3.4	Finalidades e instrumentos especiais de política agrícola.....	30
1.8.3.4.1	Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP)	30
1.8.3.4.2	Produção de sementes e mudas.....	31
1.8.3.4.3	Atividade pesqueira e aquícola.....	31
1.8.3.4.4	Prestação de serviços mecanizados...	31
1.8.3.4.5	Financiamento para Proteção de Preços em Operações no Mercado Futuro e de Opções.....	32
1.8.3.4.6	Avicultura, suinocultura e piscicultura exploradas sob regime de integração.....	33
1.8.3.4.7	Fundo de Terras e da Reforma Agrária Mais.....	33
1.8.3.4.8	Contratos de opção de compra e venda como instrumento de política agrícola...	34
1.8.3.5	Créditos a cooperativas de produção agropecuária....	35
1.8.3.5.1	Disposições gerais	35
1.8.3.5.2	Atendimento a cooperados	35
1.8.3.5.3	Integralização de cotas-partes.....	36
1.8.3.5.4	Taxa de retenção	36
1.8.3.5.5	Industrialização	37
1.8.3.6	Recursos	37
1.8.3.6.1	Disposições gerais	37
1.8.3.7	Obrigatórios.....	37
1.8.3.7.1	Livres.....	38
1.8.3.7.2	Poupança rural.....	38
1.8.3.7.3	Cálculo e cobrança de custo financeiro por deficiência no cumprimento das exigibilidades.....	39
1.8.3.7.4	Depósitos Interfinanceiros Vinculados ao Crédito Rural	39
1.8.3.7.5	Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	39
1.8.3.8	Encargos financeiros e limites de crédito.....	40
1.8.3.9	Programa nacional de apoio ao médio produtor rural (Pronamp)	40
1.8.3.10	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)	41
1.8.3.10.1	Disposições gerais	41
1.8.3.10.2	Crédito de Custeio.....	43
1.8.3.10.3	Crédito de Comercialização.....	43
1.8.3.10.4	Financiamento para Aquisição de Café (FAC).....	44

1.8.3.10.5	Crédito para Contratos de Opções e de Operações em Mercados Futuros	46
1.8.3.10.6	Crédito para Capital de Giro para Indústrias de Café Solúvel e de Torrefação de Café e para Cooperativa de Produção	47
1.8.3.10.7	Crédito para Recuperação de Cafezais Danificados	47
1.8.3.11	Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar (PRONAF)	48
1.8.3.11.1	Disposições Gerais	48
1.8.3.11.2	Beneficiários	48
1.8.3.11.3	Créditos para os Beneficiários do PNCF, do PNRA e do PCRF	50
1.8.3.11.4	Créditos de Custeio	51
1.8.3.11.5	Créditos de Investimento (Pronaf Mais Alimentos)	51
1.8.3.11.6	Crédito de Investimento para Agregação de Renda (Pronaf Agroindústria) ..	52
1.8.3.11.7	Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais (Pronaf ABC+ Floresta)...	52
1.8.3.11.8	Crédito de Investimento para Convivência com o Semiárido (Pronaf ABC+ Semiárido)	53
1.8.3.11.9	Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher)	53
1.8.3.11.10	Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem)	54
1.8.3.11.11	Crédito de Industrialização para Agroindústria Familiar (Pronaf Industrialização de Agroindústria Familiar)...	55
1.8.3.11.12	Crédito para Integralização de Cotas-Partes por Beneficiários do Pronaf Cooperativados (Pronaf Cotas-Partes)...	55
1.8.3.11.13	Microcrédito Produtivo Rural (Grupo “B”)	56
1.8.3.11.14	Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf ABC+ Agroecologia)	57
1.8.3.11.15	Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)	57
1.8.3.11.16	Crédito de Investimento em Sistemas de Exploração Extrativistas, de Produtos da Sociobiodiversidade, Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf ABC+ Bioeconomia)	58
1.8.3.11.17	Crédito Produtivo Orientado de Investimento (Pronaf Produtivo Orientado)	60
1.8.3.12	Programas com recursos do BNDES	62
1.8.3.12.1	Disposições Gerais	62
1.8.3.12.2	Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Procap-Agro)	62

1.8.3.12.3	Programa de Financiamento à Agricultura Irrigada e ao Cultivo Protegido (Proirriga).....	62
1.8.3.12.4	Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro).....	63
1.8.3.12.5	Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota)....	64
1.8.3.12.6	Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop).....	65
1.8.3.12.7	Programa para a Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (Programa ABC+).....	67
1.8.3.12.8	Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro).....	70
1.8.3.12.9	Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA).....	71
1.8.3.13	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).....	72
1.8.3.13.1	Disposições Gerais	72
1.8.3.13.2	Enquadramento	73
1.8.3.13.3	Adicional.....	73
1.8.3.13.4	Comprovação de Perdas	73
1.8.3.13.5	Cobertura.....	73
1.8.3.13.6	Comissão Especial de Recursos (CER) ...	75
1.8.3.13.7	Despesas.....	75
1.8.3.13.8	Atividade não Financiada.....	76
1.8.3.13.9	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (Proagro Mais).....	76
1.8.3.13.10	Alíquotas Básicas do Adicional para enquadramento de empreendimento no Proagro e no Proagro Mais.....	76
1.8.3.14	Documentos.....	76

PARTE I

TÍTULOS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO

CAPÍTULO 2 – TÍTULOS DE CRÉDITO	81
2.1 Títulos de crédito	81
2.2 Conceito.....	82
2.3 Diferenças entre títulos de crédito e contratos	82
2.4 Requisitos essenciais aos títulos de crédito	84
2.5 Requisitos não essenciais aos títulos de crédito.....	84
2.6 Classificação dos títulos de crédito	85
2.7 Recibo de pagamento contra entrega do título.....	85

2.8	Fundamentos para cobrança de títulos de crédito; liquidez, certeza e exigibilidade	86
2.9	Principais títulos de crédito existentes no ordenamento jurídico brasileiro.....	86
2.10	Endosso.....	86
2.10.1	Do local do endosso	87
2.10.2	Espécies de endosso.....	87
2.10.3	Endosso em branco	87
2.10.4	Endosso pleno	88
2.10.5	Endosso-mandato.....	88
2.10.6	Endosso-caução	88
2.10.7	Responsabilidades do endossante.....	89
2.10.8	Endosso póstumo ou tardio	89
2.10.9	Endosso parcial	90
2.11	Diferenças entre cessão de direitos e endosso	90
2.12	Quadro comparativo das principais diferenças entre endosso e cessão de crédito	91
2.13	Modelos	91
2.13.1	Modelo de endosso.....	91
2.13.2	Modelo de endosso e aval.....	91
2.13.3	Modelo de notificação de endosso.....	92
CAPÍTULO 3 – CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL, NOTA PROMISSÓRIA RURAL E DUPLICATA RURAL.....		93
3.1	Introdução ao estudo do Decreto-lei 167, de 14 de fevereiro de 1967, criador das Cédulas de Crédito Rural, da Nota Promissória Rural e da Duplicata Rural.....	93
3.2	Financiamento rural e as entidades de crédito autorizadas a operar com crédito rural.....	94
3.3	Possibilidade de utilização das cédulas pelas cooperativas rurais para financiamento de seus associados ou filiais	95
3.4	Obrigatoriedade de demonstração prévia da destinação do financiamento	96
3.5	Faculdade de utilização e recebimento do financiamento por qualquer credor em nome dos demais	97
3.6	Obrigatoriedade de demonstração prévia da destinação do financiamento e inclusão de orçamento na cédula	98
3.7	Concessão do financiamento para utilização parcelada.....	99
3.8	Limites e prazos para a incidência de juros nas cédulas de crédito rural e a incidência de correção monetária sobre financiamentos do crédito rural.....	99
3.9	Cobrança de juros de mora limitados a 1% ao ano em Cédulas de Crédito Rural e a inaplicabilidade desse limite a outros títulos de crédito, inclusive CPRs Financeiras	101
3.10	Fiscalização e direito de acesso do financiador aos empreendimentos financiados por meio de cédulas de crédito rural	103
3.11	Cobrança de despesas com serviços de fiscalização	104
3.12	Cédulas de crédito rural e sua natureza jurídica	105

3.13	Liquidez, certeza e exigibilidade.....	106
3.14	Exigência de parcelas disponibilizadas, porém não utilizadas pelo tomador ...	108
3.15	Amortizações nas operações de endosso	108
3.16	Emissão escritural e assinatura eletrônica nas Cédulas de Crédito Rural	108
3.17	Novas competências do Banco Central com relação ao registro e à escrituração da Cédula de Crédito Rural após a Nova Lei do Agro	109
3.18	Vencimento extraordinário.....	110
3.19	Vencimento antecipado de outros financiamentos rurais do credor em razão do inadimplemento da cédula.....	111
3.20	Aditamento da cédula de crédito rural.....	112
3.21	Amortizações, prorrogações periódicas de vencimento e prorrogações compulsórias	113
3.22	Requisitos essenciais da cédula rural pignoratícia	114
3.23	Denominação.....	114
3.24	Data e condições de pagamento	114
3.25	Nome do credor, cláusula à ordem e a caracterização da cédula de crédito rural pignoratícia como título abstrato e não causal.....	115
3.26	Valor e forma de lançamento do crédito concedido e sua indicação de finalidade, destino e utilização.....	116
3.27	Descrição dos bens vinculados em penhor.....	117
3.28	Taxa de juros a pagar, comissão de fiscalização e o tempo de pagamento.....	117
3.29	Praça de pagamento do título	117
3.30	Data e local da emissão do título.....	118
3.31	Assinatura do emitente, <i>per se</i> ou representante com poderes especiais .	118
3.32	Assinatura eletrônica na Cédula de Crédito Rural.....	118
3.33	Descrição dos bens vinculados à garantia em documento à parte	120
3.34	Aplicação da legislação geral sobre penhor à cédula de crédito rural pignoratícia	121
3.35	Posse sobre os bens apenhados, a figura do fiel depositário e a solidariedade do emitente da cédula na conservação do penhor.....	122
3.36	Impossibilidade de remoção dos bens apenhados sem consentimento do credor.....	123
3.37	Aplicação subsidiária dos Decretos-leis 1.271/39, 1.625/39, 4.312/42, das Leis 492/37, 2.666/55, 2.931/56 e da legislação aplicável ao penhor rural e mercantil	123
3.38	Cédula Rural Hipotecária.....	124
3.39	Abrangência da hipoteca cedular sobre as acessões, benfeitorias, construções e melhoramentos ao imóvel	126
3.40	Estelionato na cédula de crédito rural hipotecária.....	126
3.41	Incorporação à hipoteca cedular das máquinas, aparelhos, instalações e construções, adquiridos ou executados com o crédito durante a abrangência da cédula.....	127
3.42	Possibilidade de averbação na hipoteca, da constituição de direito real sobre os bens e benfeitorias incorporados ao imóvel onde se localizem e façam parte.....	128
3.43	Bens que podem ser hipotecados	129
3.44	Aplicação subsidiária da legislação ordinária sobre hipoteca às cédulas de crédito rural.....	130

3.45	Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária.....	130
3.46	Nota de Crédito Rural.....	131
3.47	Prazos mínimos e máximos da Nota de Crédito Rural – artigo revogado pelo Decreto-lei 784/69.....	132
3.48	Inscrição, registro e averbação da Cédula de Crédito Rural e das garantias a ela vinculadas.....	132
3.49	Nota Promissória Rural.....	133
3.50	Requisitos essenciais da Nota Promissória Rural.....	134
3.51	Duplicata Rural.....	135
3.52	Requisitos essenciais da Duplicata Rural.....	135
3.53	Rito executivo para cobrança judicial da Cédula de Crédito Rural, da Nota Promissória Rural e da Duplicata Rural, bem como a possibilidade de venda judicial antecipada de bens arrestados e penhorados.....	137
3.54	Privilégios especiais da Nota de Crédito Rural, da Nota Promissória Rural e da Duplicata Rural diante de outros títulos de crédito.....	139
3.55	Penalidades aplicáveis ao emitente de duplicata rural simulada.....	139
3.56	Bens que podem ser dados em garantia de penhor cedular.....	140
3.57	Bens de produção que podem ser dados em garantia de penhor cedular.....	141
3.58	Constituição de novo penhor sobre bens já apenhados.....	142
3.59	Extensão do penhor a financiamentos subsequentes.....	142
3.60	Proibição de venda dos bens apenhados ou hipotecados por cédulas rurais sem o expresse consentimento do credor financiador.....	143
3.61	Aplicação subsidiária das normas de direito cambial às cédulas de crédito rural, às notas promissórias rurais e às duplicatas rurais.....	143
3.62	Dispensa de protesto para ação de regresso contra os avalistas.....	144
3.63	Nulidade da prestação de garantias reais e/ou pessoais por terceiros em notas promissórias e duplicatas rurais.....	144
3.64	Os prazos e a publicidade dos penhores agrícola e pecuário.....	145
3.65	Anotação e averbação da prorrogação de vencimento da cédula.....	146
3.66	Autorização ao emitente para dispor dos bens da garantia.....	146
3.67	Valor principal; juros; comissão de fiscalização; despesas cartorárias; pena convencional; despesas legais e convencionais; Proagro; bens garantidores da operação de financiamento e sua abrangência sobre o crédito deferido.....	147
3.68	Reforço das garantias em caso de diminuição ou depreciação do valor destas no mercado.....	152
3.69	Cuidados fitossanitários com o rebanho objeto de penhor pecuário.....	154
3.70	Proibição da venda de crias fêmeas ou vacas aptas à procriação em casos de penhor pecuário.....	154
3.71	Necessidade de assinatura do terceiro prestador da garantia de penhor e hipoteca na cédula de crédito rural.....	155
3.72	Inalienabilidade dos bens objeto de penhor ou hipoteca constituídos pela cédula de crédito rural.....	155
3.73	Responsabilidade de recolhimento dos encargos fiscais, previdenciários, trabalhistas e da remuneração dos trabalhadores rurais por parte do emitente da cédula de crédito rural.....	157
3.74	Possibilidade de utilização de cédulas de crédito rural, notas promissórias rurais e duplicatas rurais em operações de redesconto.....	157

3.75	Competência do Conselho Monetário Nacional para a fixação de taxas de desconto em operações de redesconto envolvendo notas promissórias rurais e duplicatas rurais	158
3.76	Nomeação de depositário para os bens apenhados judicial ou convencionalmente	158
3.77	Seguro rural obrigatório	159
3.78	Padronização da cédula, da nota promissória e da duplicata rural	160
3.79	Inaplicabilidade da exigência de apresentação de certificado de cadastro junto ao INCRA e a impossibilidade de concessão de crédito rural a devedor que estiver sendo cobrado por dívida fiscal ajuizada pelo IBRA ...	160
3.80	Modelos	161
3.80.1	Modelo de Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária	161
3.80.2	Modelo de Nota de Crédito Rural	165
3.80.3	Modelo de Nota Promissória Rural.....	166
3.80.4	Modelo de Duplicata Rural.....	167
CAPÍTULO 4 – CÉDULA DE PRODUTO RURAL.....		169
4.1	Introdução ao estudo da CPR.....	169
4.2	Natureza jurídica da CPR.....	169
4.3	Principais características da CPR.....	170
4.4	CPR Financeira	172
4.5	Principais objetivos da criação das Cédulas de Produto Rurais Financeiras – CPRFs	173
4.6	Lei da CPR.....	174
4.6.1	Instituição da CPR.....	174
4.6.2	Legitimidade para a emissão da CPR	174
4.6.3	Impostos incidentes sobre operações envolvendo CPRs.....	179
4.6.4	Produtos rurais.....	180
4.6.5	Requisitos essenciais da CPR	182
4.6.6	Denominação	182
4.6.7	Data da entrega ou vencimento dos produtos	183
4.6.8	Nome e qualificação do credor, cláusula à ordem e caracterização da CPR como título abstrato e não causal.....	184
4.6.9	Promessa pura e simples de entregar o produto, sua indicação e as especificações de qualidade, de quantidade e do local onde será desenvolvido o produto rural.....	185
4.6.10	Local e condições da entrega do produto, a mora do credor e os danos advindos da conduta moratória.....	187
4.6.11	Descrição dos bens cedularmente vinculados em garantia.....	189
4.6.12	Data e lugar da emissão.....	189
4.6.13	Assinatura do emitente, dos garantidores e suas exceções.....	190
4.6.14	Assinatura eletrônica na CPR.....	190
4.6.15	Forma e condição da liquidação	192
4.6.16	Critérios adotados para obtenção do valor de liquidação	193
4.6.17	Inclusão de cláusulas na CPR; a desnecessidade de antecipação do pagamento pela compra de produto em CPR e a emissão desta em garantia a contratos.....	193
4.6.18	Possibilidade de descrever a garantia em documento à parte ...	195

4.6.19	Simplificação da inscrição das garantias na cédula.....	195
4.6.20	Emissão escritural e assinatura eletrônica na CPR.....	197
4.6.21	Novas competências do Banco Central com relação ao registro e à escrituração da CPR após a Nova Lei do Agro	197
4.6.22	Registro, depósito e escrituração da CPR.....	199
4.6.23	Liquidez, certeza e exigibilidade do título; impossibilidade de recebimento de valor parcial em espécie na CPR Física e de produto na CPR Financeira.....	201
4.6.24	Pagamento parcelado da CPR.....	203
4.6.25	Cumprimento parcial da obrigação.....	203
4.6.26	Liquidação financeira da cédula – CPR Financeira	204
4.6.27	Identificação do preço ou do índice de preços necessários à liquidação financeira da cédula.....	205
4.6.28	Juros, multa, correção monetária e variação cambial na CPR Física e Financeira.....	207
4.6.28.1	O juro.....	207
4.6.28.2	Conceituação de juros em razão da forma de cálculo	208
4.6.28.3	Conceituação de juros por espécie	208
4.6.28.4	A cobrança de juros e atualização monetária sobre produto na CPR Física	209
4.6.28.5	A cobrança de juros e atualização monetária na CPR Financeira	211
4.6.28.6	Multa e cláusula penal na CPR.....	212
4.6.28.7	Espécies de cláusula penal em razão do gênero	212
4.6.28.8	Espécies de cláusula penal em razão da espécie	213
4.6.28.9	Os limites das cláusulas penais e sua relação com o <i>hedge</i> de preços das <i>commodities</i> agrícolas.....	214
4.6.28.10	A variação cambial na CPR Financeira.....	216
4.6.29	Indicadores de preço	219
4.6.30	Caracterização da CPR Financeira	220
4.6.31	Liquidez, certeza e exigibilidade da CPR Financeira	221
4.6.32	Rito executivo para cobrança da CPR Financeira	222
4.6.33	Garantias	222
4.6.34	Hipoteca censual na CPR.....	223
4.6.35	Penhor censual	223
4.6.36	Fiel depositário.....	224
4.6.37	Solidariedade entre emitente e terceiro prestador da garantia de penhor	225
4.6.38	Aplicação da legislação geral sobre penhor na CPR e a abrangência do penhor frustrado sobre a colheita do ano seguinte ...	228
4.6.39	A não identificação dos bens dados em alienação fiduciária e a possibilidade de utilização dessa garantia sobre bens fungíveis de origem agrícola	229
4.6.40	Aditamento da CPR.....	232
4.6.41	Aplicação das normas de direito cambial na CPR.....	232
4.6.42	Evicção, caso fortuito e força maior	233
4.6.43	Registro ou depósito da CPR em entidade autorizada pelo Bacen como condição de validade e eficácia do título	234

4.6.44	Registro da hipoteca, do penhor e da alienação fiduciária na CPR.....	237
4.6.45	Prazo e cobrança de emolumentos e custas cartorárias para registro das garantias da CPR em cartórios.....	239
4.6.46	Competências regulatórias do Conselho Monetário Nacional com relação às CPRs.....	241
4.6.47	Anuência do credor para entrega do produto antes da data prevista na cédula	241
4.6.48	Vencimento antecipado da CPR	242
4.6.49	Rito executivo para cobrança da CPR Física.....	243
4.6.50	Estelionato por declarações falsas ou inexatas acerca de bens oferecidos em garantia da CPR.....	244
4.6.51	Impossibilidade de penhora ou sequestro dos bens vinculados à CPR por outras dívidas do emitente ou do terceiro prestador de garantia real.....	245
4.6.52	O artigo 3º da Lei 10.200, de 14 de fevereiro de 2001, criadora da CPRF	246
4.6.53	Cédula de Produto Rural – CPR Verde.....	247
4.6.53.1	Introdução	247
4.6.53.2	Principais objetivos da criação das Cédulas de Produto Rural Verde – CPR-V.....	249
4.6.53.3	Conceito e natureza jurídica da CPR-V.....	250
4.6.53.4	Requisitos essenciais da CPR-V	250
4.6.53.5	Passo a passo para a emissão da CPR-V	251
4.6.53.6	O mercado de crédito de carbono e o papel das certificadoras	253
4.7	Cédula de Produto Rural Limite de Crédito em Garantia – CPR-G	256
4.7.1	Natureza jurídica da CPR Limite de Crédito em Garantia.....	257
4.7.2	Requisitos essenciais da CPR Limite de Crédito em Garantia – CPR-G	260
4.7.3	Registro das CPRs Limite de Crédito em Garantia em entidade autorizada pelo Bacen	263
4.8	Questões pontuais ao estudo da CPR	265
4.8.1	Vencimento da CPR	265
4.8.2	Vencimento antecipado das CPRs	265
4.8.3	Prescrição da CPR	266
4.8.4	CPR em garantia a outros títulos de crédito; desvio de finalidade do título e sua utilização para novação de dívidas	267
4.8.5	Pluralidade de emitentes em CPR	268
4.8.6	Impenhorabilidade dos bens vinculados à CPR frente a dívidas trabalhistas e fiscais do devedor.....	269
4.8.7	CPR como título abstrato por não se vincular a uma causa específica ao não exigir individualização do produto comprado .	273
4.8.8	Identificação do local de formação da lavoura	274
4.8.9	Dispensa de penhor sobre o mesmo produto comprado por uma CPR e a possibilidade de emissão da cédula para aquisição de um tipo de produto e constituição de garantia de penhor sobre produto ou mercadoria diversos daquele objeto da transação principal	275

4.8.10	A problemática do local de formação da lavoura e suas consequências.....	277
4.8.11	Possibilidade de contratação e de recebimento de produto e/ou dinheiro, numa CPR física e/ou financeira, sem a consequente perda da liquidez do título.....	279
4.8.12	Limitação de emissão de CPR Financeiras apenas por instituições financeiras	281
4.8.13	CPR Exportação.....	283
4.8.14	Prisão do infiel depositário.....	284
4.9	Aplicação analógica do Decreto-lei 167/67 à CPR.....	286
4.9.1	A CPR e a Cédula de Crédito Rural	286
4.9.2	Semelhanças e diferenças entre as Cédulas de Crédito Rural (CCRs) e as Cédulas de Produto Rural (CPRs)	287
4.9.3	Pluralidade de emitentes da cédula e a utilização do crédito concedido.....	289
4.9.4	Possibilidade de fiscalização da quantia financiada pelo financiador	289
4.9.5	Possibilidade de fiscalização dos imóveis de formação e/ou localização dos produtos objeto da cédula e dos bens outorgados em garantia real.....	290
4.9.6	Vencimento antecipado de outros títulos e contratos firmados entre credor e devedor por inadimplemento de obrigação convencional na cédula	290
4.9.7	Inamovibilidade dos bens apenhadados das propriedades mencionadas na cédula sem consentimento do credor.....	290
4.9.8	Possibilidade de venda judicial antecipada de bens arrestados e penhorados antes do final do processo judicial.....	291
4.9.9	Possibilidade de venda extrajudicial dos bens apenhadados ou hipotecados.....	292
4.9.10	Obrigatoriedade de extensão dos bens dados em garantia ao pagamento do principal, juros, comissões, pena convencional, despesas legais e convencionais	293
4.9.11	Obrigatoriedade de reforço da garantia em caso de baixa ou diminuição de seu valor de mercado	293
4.10	Quadro Comparativo – Lei da CPR antes e depois da nova Lei do Agro...	294
4.11	Modelos	312
4.11.1	Modelo de CPR Física – 1.....	312
4.11.2	Modelo de CPR Física – 2.....	
4.11.3	Modelo de CPR Financeira – preço fixo – 1.....	319
4.11.4	Modelo de CPR Financeira – preço fixo – 2.....	323
4.11.5	Modelo de CPR Financeira – liquidação financeira por índice de preço eleito pelas partes a ser apurado por instituição idônea com divulgação diária	331
4.11.6	Modelo de CPR Verde.....	336
4.11.7	Modelo de procuração para comercialização secundária de CPR...	343
4.11.8	Modelo de recibo de aval honrado em CPR Física.....	344
4.11.9	Modelo de aval honrado em CPR Financeira	345
4.11.10	Modelo de declaração para cancelamento de registro de cédula de produto rural.....	346

CAPÍTULO 5 – CÉDULA IMOBILIÁRIA RURAL.....	347
5.1 Introdução	347
5.2 A CIR.....	348
5.3 Natureza jurídica da CIR	348
5.4 Principais características da CIR.....	349
5.5 Legitimidade para a emissão da CIR	351
5.6 Garantias da CIR	351
5.7 Possibilidade de emissão da CIR sob a forma cartular ou escritural. Sua condição para eficácia sobre o patrimônio rural em afetação	351
5.8 Registro, depósito e escrituração da CIR.....	352
5.9 Requisitos essenciais para formação da CIR.....	354
5.9.1 Denominação	355
5.9.2 Assinatura do emitente, dos garantidores e suas exceções.....	355
5.9.2.1 Assinatura eletrônica na CIR.....	356
5.9.3 Nome do credor, cláusula à ordem e a caracterização da CIR como título abstrato e não causal	358
5.9.4 Data e local da emissão	358
5.9.5 Promessa de pagamento do valor da CIR em dinheiro, certo, líquido e exigível no seu vencimento	359
5.9.6 Data e local do pagamento da dívida	360
5.9.7 Vencimento da CIR	361
5.9.8 A identificação do patrimônio rural em afetação, ou de sua parte, correspondente à garantia oferecida na CIR.....	362
5.9.9 Autorização ao oficial de registro de imóveis para processamento do registro de transmissão da propriedade do imóvel rural, ou da fração constituinte do patrimônio rural em afetação vinculado à CIR em caso de inadimplemento	362
5.10 Inserção de cláusulas não financeiras na CIR ou em documento à parte e a negociação do título em mercados organizados e regulamentados de valores mobiliários	362
5.11 Autorização de uso do imóvel constritado pelo patrimônio rural em afetação, concedida ao emitente da CIR.....	364
5.12 Vencimento antecipado da CIR.....	364
5.13 Transferência do imóvel afetado ao credor em caso de inadimplência da CIR.....	366
5.14 Outras normas de direito aplicáveis à CIR.....	369
5.15 Modelos	370
5.15.1 Modelo de Cédula Imobiliária Rural – CIR	370
CAPÍTULO 6 – NOVOS TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO	377
6.1 Os novos títulos do agronegócio criados pela Lei 11.076/2004	377
6.2 Securitização	379
6.2.1 Benefícios da securitização.....	380
6.2.2 A securitização no setor agrícola.....	382
6.2.3 Novas competências do Banco Central com relação à escrituração do CDA/WA, do CDCA, do CRA e da LCA	384
6.2.4 Registro, depósito e escrituração do CDA/WA, do CDCA, do CRA e da LCA	386

6.3	Certificado de Depósito Agropecuário e <i>Warrant</i> Agropecuário – CDA-WA	388
6.3.1	Emissão, depósito centralizado e circulação do CDA e do WA	391
6.4	Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA	393
6.5	Letra de Crédito do Agronegócio – LCA	395
6.6	Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA	398
6.7	Nota Promissória do Agronegócio – NPA	400
6.8	Modelos	402
6.8.1	Modelo de CDA – Certificado de Depósito Agropecuário.....	402
6.8.2	Modelo de WA – <i>Warrant</i> Agropecuário	405
6.8.3	Modelo de CDCA – Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	408
6.8.4	Modelo de LCA – Letra de Crédito do Agronegócio.....	419
6.8.5	Modelo de CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio..	420
 PARTE II CONTRATOS 		
CAPÍTULO 7 – CONTRATOS		425
7.1	Contratos	425
7.2	Conceito.....	426
7.3	Requisitos	426
7.4	Princípios que regem a formação contratual	428
7.5	Requisitos extrínsecos de validade dos contratos	429
7.6	Classificação dos contratos considerados em si mesmos.....	432
7.6.1	Classificação dos contratos quanto à natureza.....	432
7.6.2	Classificação dos contratos quanto à forma	432
7.6.3	Classificação dos contratos quanto à designação	433
7.6.4	Classificação dos contratos quanto ao objeto.....	433
7.6.5	Classificação dos contratos quanto ao tempo de execução.....	433
7.6.6	Classificação dos contratos quanto à pessoa do contratante.....	434
7.6.7	Classificação dos contratos reciprocamente considerados.....	434
7.7	Cessão de direitos	434
7.8	Cessão de créditos	435
7.8.1	Introdução	435
7.8.2	Conceito, natureza jurídica e efeitos	436
7.8.3	Cessão de crédito <i>pro soluto</i> e <i>pro solvendo</i>	439
7.8.4	Responsabilidade do cedente perante o cessionário em caso de inadimplemento do cedido.....	440
CAPÍTULO 8 – CONTRATOS RURAIS.....		445
8.1	Contratos rurais típicos e atípicos	445
8.2	Principais modalidades de contratos rurais típicos ou nominados.....	447
8.2.1	Do contrato de arrendamento rural.....	447
8.2.2	Do contrato de parceria rural.....	450
8.2.2.1	Da partilha dos frutos da parceria rural	453

8.2.3	Dos requisitos e normas essenciais aos contratos de arrendamento e parceria.....	453
8.2.4	Da natureza jurídica dos contratos de arrendamento e de parceria.....	456
8.2.5	Dos prazos dos contratos de arrendamento e de parceria.....	456
8.2.6	Da extinção dos contratos de arrendamento e de parceria	457
8.2.7	Das diferenças entre o contrato de arrendamento e o contrato de parceria.....	457
8.3	Principais modalidades de contratos rurais atípicos ou inominados.....	459
8.3.1	Comodato rural.....	459
8.3.2	<i>Leasing</i> agrário.....	464
8.3.3	Contrato de pastoreio.....	464
8.3.4	Contrato de roçado.....	465
8.3.5	Contrato do fica	465
8.3.6	Compáscuo.....	466
8.4	Modelos	466
8.4.1	Modelo de Contrato de Arrendamento	466
8.4.2	Modelo de Contrato de Parceria Agrícola.....	469
CAPÍTULO 9 – CONTRATOS DE FINANCIAMENTO RURAL.....		473
9.1	Mútuo.....	473
9.1.1	Diferenças entre empréstimo, comodato e mútuo	473
9.1.2	Natureza jurídica e características gerais do contrato de mútuo	474
9.1.3	Prazo e juros no mútuo	475
9.1.4	Direitos e obrigações do mutuante e do mutuário	476
9.1.5	Juros no mútuo oneroso.....	477
9.1.6	Capitalização de juros no contrato de mútuo tradicional, rural e bancário.....	478
9.1.7	Extinção do mútuo	479
9.2	Contrato de Compra e Venda	480
9.2.1	Natureza jurídica e características do contrato de compra e venda	480
9.2.2	Elementos da compra e venda.....	481
9.2.3	Contratos de compra e venda de produtos e insumos agropecuários.....	481
9.2.4	Contratos futuros de compra e venda de <i>commodities</i> agrícolas....	483
9.2.5	Contrato de compra e venda de <i>commodities</i> e a importância da cadeia produtiva de alimentos	485
9.2.6	Juros, multa e correção monetária nos contratos de compra e venda de <i>commodities</i> agrícolas	485
9.2.6.1	O juro.....	486
9.2.6.2	Conceituação de juros em razão da forma de cálculo	487
9.2.6.3	Conceituação de juros por espécie	487
9.2.6.4	A cobrança de juros e atualização monetária sobre produtos comprados em contratos de compra e venda de <i>commodities</i>	487

9.2.6.5	Multa e cláusula penal em contratos futuros de compra e venda de produtos agropecuários.....	489
9.2.6.6	Modalidades de cláusula penal em razão do gênero	489
9.2.6.7	Modalidades de cláusulas penais em razão da espécie	490
9.2.6.8	Os limites das cláusulas penais e sua relação com o <i>hedge</i> de preços das <i>commodities</i> agrícolas.....	491
9.2.6.9	A cláusula de <i>wash-out</i>	493
9.3.	Revisão de contratos futuros de compra e venda de produtos agrícolas em razão da onerosidade excessiva, da teoria da imprevisão e do enriquecimento sem causa das partes.....	494
9.4	Contrato de crédito rotativo.....	499
9.5	Contratos derivativos	501
9.6	O mercado de derivativos no Brasil.....	501
9.7	Mercado a termo.....	502
9.7.1	Contrato a termo.....	502
9.8	Mercado de futuros	502
9.8.1	Contrato de futuros	503
9.9	Diferenças entre contratos a termo e contratos de futuros	504
9.10	Contrato de opções.....	504
9.11	Contrato de SWAP	505
9.12	Modelos	507
9.12.1	Modelo de contrato de compra e venda de produtos agrícolas – preço fixo	507
9.12.2	Modelo de contrato de compra e venda de produtos agrícolas – preço a fixar	514
9.12.3	Modelo de escritura de abertura de crédito e constituição de hipoteca	521
CAPÍTULO 10 – CRÉDITO RURAL DIGITAL, TÍTULOS DE CRÉDITO E CONTRATOS ELETRÔNICOS DO AGRONEGÓCIO.....		527
10.1	Considerações iniciais.....	527
10.2	A desmaterialização dos títulos de crédito.....	527
10.3	Validade jurídica dos documentos eletrônicos.....	530
10.4	Assinaturas eletrônicas	533
10.4.1	Os diferentes tipos de assinaturas eletrônicas.....	534
10.5	Digitalização dos cartórios.....	535
10.5.1	Aceitação de documentos eletrônicos em cartórios.....	536
10.5.2	Estudo de caso e o posicionamento dos tribunais.....	538
10.5.3	A assinatura eletrônica e a Lei do Agro	541
10.6	CPR digital	542
10.7	Registro, depósito e escrituração	543
10.8	Considerações finais.....	546
CAPÍTULO 11 – <i>BARTER</i>		547
11.1	<i>Barter</i>	547

11.2	Natureza jurídica dos institutos de direito aplicáveis às operações de <i>barter</i>	549
11.3	CPR e <i>barter</i>	550
11.4	Operações de <i>barter</i> , proteção contra oscilações de mercado e cessão de créditos.....	551
11.5	Modelos de <i>barter</i>	553
11.5.1	Modelo de <i>barter</i> utilizando CPR, contrato de compra e venda de produtos rurais e contrato de <i>venditor</i>	553
11.5.2	Modelo de <i>barter</i> utilizando CPR, contrato de compra e venda de produtos rurais e CDCA.....	554
11.5.3	Modelo de <i>barter</i> utilizando CPR, contrato de compra e venda de produtos rurais e LCA.....	556
11.5.4	Modelo de operação utilizando CDA/WA	557
11.5.5	Modelo de operação utilizando CPR, CDCA e CRA.....	558
11.5.6	Modelo de operação utilizando CPR e CRA.....	560

PARTE III

GARANTIAS NO AGRONEGÓCIO

CAPÍTULO 12 – GARANTIAS, HIPOTECA, PENHOR, ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS FUNGÍVEIS DE ORIGEM AGRÍCOLA E PECUÁRIA, ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS IMÓVEIS, FUNDO GARANTIDOR SOLIDÁRIO, PATRIMÔNIO RURAL EM AFETAÇÃO, AVAL E FIANÇA	563	
12.1	Das garantias	563
12.2	Hipoteca.....	563
12.2.1	Conceito	564
12.2.2	Natureza jurídica.....	565
12.2.3	Direito de sequela e preferência.....	565
12.2.4	Princípios que regem a hipoteca.....	566
12.2.5	Dos bens que podem ser hipotecados – requisito objetivo.....	567
12.2.6	Quem pode hipotecar – requisito subjetivo	568
12.2.7	Necessidade de um título – requisito formal	569
12.2.8	Pluralidade de hipotecas	570
12.2.9	Perempção da hipoteca	570
12.2.10	Extinção da hipoteca	571
12.2.11	Hipoteca legal e judicial	573
12.2.12	Remição.....	574
12.2.13	Outras características da hipoteca	574
12.2.14	Conclusão	575
12.3	Penhor.....	576
12.3.1	Conceito e constituição.....	576
12.3.2	Sujeitos	577
12.3.3	Direitos e obrigações do credor pignoratício.....	577
12.3.4	Características	579
12.3.5	Espécies	580
12.3.5.1	Penhor legal	580
12.3.5.2	Penhor rural.....	581

12.3.5.3	Penhor agrícola (art. 1.442 do CC).....	581
12.3.5.4	Penhor pecuário.....	583
12.3.5.5	Penhor industrial e mercantil.....	584
12.3.5.6	Penhor de direitos.....	585
12.3.5.7	Penhor de títulos de crédito.....	585
12.3.5.8	Penhor de veículos.....	586
12.3.6	Extinção do penhor.....	587
12.3.6.1	Extinção da dívida/cumprimento da obrigação.....	587
12.3.6.2	Perecimento do bem empenhado.....	587
12.3.6.3	Renúncia do credor.....	588
12.3.6.4	Adjudicação judicial, a remição ou a venda da coisa empenhada pelo credor ou por ele autorizada – confusão.....	588
12.3.7	As diferentes formas de excussão do penhor outorgado em CPR Física e CPR Financeira.....	589
12.3.8	Constituição de penhor sobre imóvel hipotecado – direitos do credor pignoratício.....	590
12.3.9	Primariedade do registro da CPR e do penhor.....	590
12.3.10	O registro de 1º grau em área comum – pluralidade de credores.....	592
12.4	Alienação fiduciária.....	593
12.4.1	Histórico.....	593
12.4.2	Conceito.....	594
12.4.3	Alienação fiduciária de bens fungíveis de origem agrícola e pecuária.....	594
12.4.4	Penhor <i>versus</i> alienação fiduciária de produtos agrícolas – conflito na outorga das garantias – registro em cartório – direito de preferência.....	601
12.4.5	Alienação fiduciária de bens imóveis.....	602
12.4.6	Legitimidade para contratação da alienação fiduciária de bem imóvel por financiadores diversos dos previstos pelo Sistema Financeiro Imobiliário e a alienação fiduciária de imóvel na CPR.....	604
12.5	Aval e fiança.....	609
12.5.1	Aval – conceito e requisitos.....	609
12.5.2	Aval parcial.....	611
12.5.3	Aval posterior.....	611
12.6	Do contrato de fiança.....	611
12.6.1	Definição.....	611
12.6.2	Natureza jurídica da fiança.....	611
12.6.3	Modalidades.....	612
12.6.4	Noções gerais.....	612
12.6.5	Diferenças entre aval e fiança.....	613
12.6.6	Quadro comparativo – aval x fiança.....	615
12.7	Patrimônio rural em afetação.....	615
12.7.1	Considerações iniciais.....	615
12.7.2	Conceito e natureza jurídica.....	616
12.7.3	Constituição, registro e operacionalização do PRA.....	616

12.7.4	Restrições quanto à constituição do PRA.....	619
12.7.5	Incomunicabilidade, inalienabilidade e impenhorabilidade do imóvel rural afetado.....	620
12.7.6	Cancelamento do PRA.....	621
12.7.7	Bens passíveis de afetação.....	622
12.7.8	Documentos comprobatórios necessários à constituição do PRA.....	623
12.7.9	Considerações finais.....	626
12.8	Fundo garantidor solidário.....	626
12.8.1	Natureza jurídica do FGS.....	629
12.9	Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais – Fiaagro.....	632
12.9.1	Natureza jurídica do Fiaagro.....	636
12.10	A recuperação judicial do produtor rural.....	637
12.10.1	Conclusão.....	641
12.11	Modelos.....	641
12.11.1	Modelo de contrato de penhor agrícola por instrumento particular.....	641
12.11.2	Modelo de carta de fiança.....	648
	REFERÊNCIAS.....	653